

30 OUT 1998

Economia - Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

Disciplina para governadores e prefeitos

Governadores e prefeitos terão de contribuir para o ajuste fiscal, segundo o plano apresentado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Em conjunto, Estados e municípios deverão produzir, no próximo ano, um superávit primário, isto é, sem contar os juros, de R\$ 3,6 bilhões. Para isso, porém, será necessário um ajuste de R\$ 8 bilhões, aproximadamente, para compensar a baixa da arrecadação e ainda conseguir uma sobra. A estimativa é de economistas da LCA Consultores, de São Paulo. Será difícil para todos – e um desafio especialmente duro para quem estiver encontrando as contas em mau estado. Alguns Estados, como São Paulo e Ceará, avançaram bastante na correção das finanças públicas, mas a maioria gasta excessivamente com pessoal e tem problemas graves de administração.

A exigência de participação no ajuste era previsível. Para começar, 24 governadores assumiram compromissos de austeridade, quando negociaram com o Tesouro Nacional o saneamento dos bancos e a rolagem dos débitos. Durante a campanha, alguns candidatos a governador prometeram rejeitar as condições negociadas pelos antecessores. Até aí, nenhuma sur-

presa. Mas o ministro da Fazenda se antecipou a qualquer tentativa de reabrir o assunto. “Acabou a história de os governadores acharem que o mundo começa quando eles tomam posse”, disse anteontem Pedro Malan. Os acordos, lembrou, foram firmados entre entidades. Não se trata de compromissos pessoais. Nenhum governador sóbrio assumirá o risco de romper o contrato com o Tesouro Nacional. Quem o fizer terá de gerir por sua conta a dívida estadual, pagando juros de mercado numa situação especialmente difícil. Até agora, deu-se mal quem tentou descumprir os contratos. Quatro Estados, segundo o ministro da Fazenda, perderam transferências de recursos previstos na Constituição.

Os acordos limitam o endividamento e fixam as prestações ao Tesouro Nacional em porcentagens da receita líquidas. Essas condições deveriam bastar para impor disciplina financeira a governadores. Prefeitos, muitos deles com finanças em má situação, também têm sólidos motivos para andar com cuidado. Nenhum deles deve esperar facilidades de financiamento nos bancos federais. Tampouco devem esperar grande auxílio dos governadores. Mas todos terão de observar ain-

da outros padrões de disciplina. A Lei Camata limita os gastos com pessoal em 60% da receita líquida. A maior parte dos Estados está acima desse limite. Está previsto um ajuste em dois anos – dois terços em 1999 e o resto em 2000. Segundo o ministro da Fazenda, esse cronograma está sendo proposto em projeto de lei complementar, com punições para quem descumprir as normas.

A imposição dessas condições dependerá, no entanto, da regulamentação da Reforma Administrativa. Essa regulamentação vai estabelecer as normas para demissão de pessoal. Sem isso, os governadores poderão declarar-se impedidos de agir. Daí a urgência de concluir essa etapa legislativa.

O cerco disciplinar deverá ser completado com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Seu encaminhamento ao Congresso está previsto para 4 de dezembro. A discussão provavelmente se estenderá pelo próximo ano. A lei deverá estar em vigor no ano 2000. Com ela deverá consolidar-se o novo regime fiscal. A Lei de Responsabilidade poderá incluir, segundo

se anunciou em Brasília, um gatilho para contenção dos gastos, quando certos limites forem atingidos. Penalidades para autoridades fiscais deverão ser previstas, para forçar o respeito às metas fixadas em lei. Autoridades dos três níveis de governo deverão ser passíveis de punição, nesse caso.

Nova legislação deverá reforçar compromissos de austeridade, impondo limites ao gasto público

Durante longo período, governadores irresponsáveis utilizaram bancos oficiais para financiar gastos sem controle, ou como ca-

nais de endividamento público. Na prática, operaram como se tivessem o poder de emitir dinheiro. Enquanto as autoridades federais aceitaram esses desmandos, governadores fabricaram inflação alegremente, deixando os destroços financeiros para os sucessores. Estes, sempre que puderam, empurraram os problemas, agravando-os e deixando mais contas penhoradas. Encerrando este capítulo o presidente Fernando Henrique Cardoso estará consolidando o “status” de país sério que conquistou para o Brasil. Mas faltam passos importantes para completar-se essa parte de sua missão.